

2 — Continuam em vigor as reduções da taxa de utilização do porto previstas nos respectivos tarifários.

3 — Mantém-se a taxa de utilização do porto actualmente aplicável aos combustíveis líquidos.

4 — Mantém-se a competência atribuída às comissões administrativas das juntas autónomas para conceder, em casos especiais devidamente justificados, bonificação sobre as taxas em vigor.

Ministério dos Transportes e Comunicações, 29 de Dezembro de 1977. — O Secretário de Estado da Marinha Mercante, *António José Borrani Crisóstomo Teixeira*.

REGIAO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ASSEMBLEIA REGIONAL

Resolução n.º 1/78

Revisão do Orçamento da Região Autónoma dos Açores

A Assembleia Regional dos Açores foi apresentada a proposta de revisão do Orçamento Regional para 1977, nos termos que se seguem:

PROPOSTA DE REVISÃO DO ORÇAMENTO DA REGIAO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O Governo Regional apresenta à Assembleia Regional a proposta de revisão do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1977 constante dos anexos I e II.

Secretaria Regional das Finanças, 14 de Outubro de 1977. — O Secretário Regional das Finanças, *Raul Gomes dos Santos*.

Aprovada em Plenário do Governo de 25 de Outubro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *João Bosco Mota Amaral*.

ANEXO I

Resumo da receita por capítulos

Capítulos	Designação da receita	Importâncias
Receitas correntes:		
I	Impostos directos	269 555 000\$00
II	Impostos indirectos	386 480 000\$00
III	Taxas, multas e outras penalidades	10 788 000\$00
IV	Rendimentos de propriedade	160 000\$00
V	Transferências	375 700 000\$00
VI	Venda de bens duradouros	100 000\$00
VII	Venda de serviços e bens não duradouros	7 730 000\$00
VIII	Outras receitas correntes ...	85 083 000\$00
	<i>Somam as receitas correntes</i>	<u>1 135 596 000\$00</u>
Receitas de capital:		
IX	Venda de bens de investimento	650 000\$00
X	Transferências (a)	715 843 000\$00
XI	Activos financeiros	7 500 000\$00
XII	Outras receitas de capital	700 000\$00
	<i>Somam as receitas de capital</i>	<u>724 093 000\$00</u>
	<i>Somam as receitas correntes e de capital</i>	<u>1 859 689 000\$00</u>
XIII	Receitas consignadas para diversas entidades	331 800 000\$00
	<i>Total das receitas</i>	<u>2 191 489 000\$00</u>

(a) Inclui o deficit a ser coberto pelo OGE (596 923 000\$).

ANEXO II

Resumo da despesa por capítulos

Capítulos	Designação	Despesas correntes	Despesas de capital	Total
I	Assembleia Regional dos Açores	19 690 000\$00	2 900 000\$00	22 590 000\$00
II	Presidência do Governo Regional	31 782 400\$00	2 720 000\$00	34 502 400\$00
III	Secretaria Regional das Finanças	114 862 900\$00	7 987 200\$00	122 850 100\$00
IV	Secretaria Regional da Administração Pública	189 764 400\$00	38 807 000\$00	228 571 400\$00
V	Secretaria Regional da Educação e Cultura	34 414 900\$00	16 320 000\$00	50 734 900\$00
VI	Secretaria Regional do Trabalho	3 120 100\$00	2 105 000\$00	5 225 100\$00
VII	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	57 371 100\$00	48 080 000\$00	105 451 100\$00
VIII	Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	86 416 000\$00	169 385 000\$00	255 801 000\$00
IX	Secretaria Regional do Comércio e Indústria	60 731 400\$00	258 260 000\$00	318 991 400\$00
X	Secretaria Regional dos Transportes e Turismo	11 743 200\$00	74 050 000\$00	85 793 200\$00
XI	Secretaria Regional do Equipamento Social	82 329 400\$00	546 032 000\$00	628 361 400\$00
	<i>Soma</i>	692 225 800\$00	1 166 646 200\$00	1 858 872 000\$00
XII	Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas			332 617 000\$00
	<i>Total</i>			2 191 489 000\$00

REVISÃO DO ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 1977

Relatório

1 — Introdução

Tratando-se do primeiro Orçamento da Região elaborado, como foi, num prazo excessivamente curto e quando os órgãos do Governo Regional ensaiavam ainda os primeiros passos de uma experiência político-administrativa inteiramente nova no País e muito particularmente nos Açores, cedo surgiria a necessidade de alterações orçamentais que ajustassem as disponibilidades financeiras existentes às exigências resultantes de uma administração em regime de instalação, primeiramente empenhada em obter os meios humanos e técnicos indispensáveis a um regular funcionamento e, ainda, às decorrentes da concretização da política de desenvolvimento económico-social entretanto concebida.

Assim, houve que providenciar no sentido da adequação progressiva das receitas a despesas imprevistas que era imperioso realizar, mediante a utilização de instrumentos de correcção orçamental, como sejam anulações, reforços e inscrições, aliás normais em qualquer administração dinâmica e, no caso concreto da Região, imprescindíveis à consecução dos objectivos anteriormente referidos. Com efeito, grandes delongas no reajustamento das disponibilidades financeiras às necessidades sentidas implicariam não só a perda dos objectivos, como até a paralisação de sectores importantes da Administração Regional.

Por outro lado, o movimento inflacionário, a desvalorização do escudo e as respectivas sequelas, a subida dos vencimentos do funcionalismo público e outras medidas de âmbito nacional decretadas pelos órgãos de soberania no decurso do 1.º semestre do presente ano, dadas as suas significativas repercussões orçamentais, só por si justificariam profundas modificações no Orçamento da Região. Haverá sempre que ter presente que as despesas emergentes de medidas preparadas e tomadas pelos órgãos de soberania sem que a Região seja ouvida ou sequer delas tenha conhecimento com a antecedência mínima necessária, sendo imprevisíveis, não podem deixar de ser realizadas em devido tempo por imperativos de ordem constitucional legal e social.

Foi no contexto descrito que se introduziram no Orçamento urgentes e imprescindíveis correcções, que culminam na presente revisão orçamental.

Com efeito, para se poder fazer face a indispensáveis e inadiáveis reforços de despesas correntes, nomeadamente das dotações destinadas ao pagamento de vencimentos dos servidores da Região, e a subsidiar os serviços municipalizados, a fim de os mesmos poderem satisfazer dívidas acumuladas respeitantes ao consumo de combustíveis utilizados na produção de energia eléctrica, promoveu o Governo Regional a abertura de créditos especiais, cujo montante total ascendeu a 162 000 contos. Como contrapartida, contou-se apenas com o correspondente aumento previsional de receitas próprias da Região, por forma a evitarse o agravamento do *deficit* orçamental, mormente com o de certos impostos (55 000 contos), com o saldo de gerência das extintas juntas gerais (68 000 contos)

e com parte das receitas cobradas pelo Estado no período compreendido entre 25 de Abril de 1976 e 31 de Dezembro do mesmo ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 22/77, de 18 de Janeiro (39 000 contos).

2 — Execução orçamental no período de Janeiro a Junho

A análise da evolução das receitas e despesas no período considerado permite uma primeira abordagem da forma como tem decorrido a execução do primeiro Orçamento da Região, muito embora se preveja uma aceleração no ritmo da autorização das despesas durante o 2.º semestre por razões que se prendem com a realização de certas obras, com a consolidação da estrutura governativa regional, com a descoberta de novas áreas de actuação, bem como com a conclusão e subsequente concretização de projectos mandados elaborar já no decurso da execução orçamental.

Os resultados da execução orçamental no 1.º semestre revelam um excedente das receitas cobradas sobre as despesas autorizadas superior a 100 000 contos.

O nível das autorizações processadas também se explica pelo facto de nesta fase inicial de adaptação se registar uma certa lentidão no processo burocrático dos pagamentos resultantes da transformação qualitativa da estrutura administrativa regional e da introdução de novos métodos de gestão das finanças regionais.

A cobrança das receitas próprias da Região efectuada durante o período considerado ascendeu a 394 060 contos, elevando-se o produto dos impostos directos e indirectos a 379 711 contos. No mesmo período, as receitas consignadas para diversas entidades atingiram 221 071 contos, na sua quase totalidade destinadas ao pagamento de vencimentos do pessoal de ensino.

No domínio das despesas orçamentais, verifica-se que as autorizações processadas de Janeiro a Junho ascenderam a 497 919 contos, sendo as despesas correntes de 383 884 contos e as de capital de 114 035 contos.

Do conjunto das despesas correntes destacam-se as relativas a pagamentos a diversas entidades por consignação de receitas, dado que correspondem a 57,2 % da totalidade das autorizações processadas no período considerado.

Importará ainda fazer uma referência especial a outras despesas correntes igualmente significativas e destinadas também ao pagamento de remunerações a servidores da administração regional e local. Está neste caso a grande maioria das despesas correntes realizadas pelas Secretarias Regionais do Equipamento Social, da Agricultura e Pescas e da Administração Pública, a qual atribuiu consideráveis subsídios às autarquias locais da Região, por forma a poderem fazer face aos agravamentos dos encargos adicionais resultantes da subida dos vencimentos da função pública.

Por último, as despesas correntes respeitantes à Secretaria Regional das Finanças destinam-se essencialmente a compensar o Estado pela cobrança das contribuições e impostos pertencentes à Região.

No que concerne às despesas de capital, é de salientar as respeitantes às Secretarias Regionais do

Equipamento Social, do Comércio e Indústria e da Agricultura e Pescas, por onde corre a parte substancial dos empreendimentos reguladores da política de investimentos prosseguidos pelo Governo Regional no 1.º semestre.

QUADRO II

Receitas cobradas por capítulos

(De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1977)

(Em milhares de escudos)

QUADRO I

Orçamento da Região Autónoma dos Açores

(Em milhares de escudos)

Descrição	Orçamento inicial	Orçamento inicial corrigido	Orçamento revisto
1 — Receitas correntes (a)	951 193	1 113 806	1 467 396
2 — Despesas correntes (b)	834 000	996 613	1 024 843
3 — (1 — 2)	117 193	117 193	442 553
4 — Receitas de capital ...	117 350	117 350	127 170
5 — Despesas de capital ...	837 466	837 466	1 166 646
6 — (4 — 5)	714 116	714 116	1 039 476
<i>Deficit orçamental (3 — 6)</i>	<i>596 923</i>	<i>596 923</i>	<i>596 923</i>

(a) Inclui o capítulo XIII «Receitas consignadas para diversas entidades».

(b) Inclui o capítulo XII «Pagamentos a diversas entidades por consignação de receitas».

Capítulos	Designação	Receitas cobradas
Receitas correntes:		
I	Impostos directos	137 141
II	Impostos indirectos	242 630
III	Taxas, multas e outras penalidades	8 034
IV	Rendimentos de propriedade	39
V	Transferências	35
VI	Venda de bens duradouros	—
VII	Venda de serviços e bens não duradouros	3 938
VIII	Outras receitas correntes	3
Receitas de capital:		
IX	Venda de bens de investimento	900
X	Transferências	872
XI	Activos financeiros	—
XII	Outras receitas de capital	468
XIII	Receitas consignadas para diversas entidades	221 071
	<i>Total</i>	<i>615 131</i>

QUADRO III

Despesas autorizadas por capítulos

(De 1 de Janeiro a 30 de Junho de 1977)

(Em milhares de escudos)

Capítulos	Designação	Despesas autorizadas		
		Correntes	Capital	Totais
I	Assembleia Regional dos Açores	4 090	188	4 278
II	Presidência do Governo Regional	3 475	225	3 700
III	Secretaria Regional das Finanças	27 345	1 668	29 013
IV	Secretaria Regional da Administração Pública	48 947	9	48 950
V	Secretaria Regional da Educação e Cultura	9 239	5 045	14 284
VI	Secretaria Regional do Trabalho	738	366	1 104
VII	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	11 475	544	12 019
VIII	Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	22 961	7 369	30 330
IX	Secretaria Regional do Comércio e Indústria	4 936	36 169	41 105
X	Secretaria Regional dos Transportes e Turismo	1 611	1 286	2 897
XI	Secretaria Regional do Equipamento Social	29 586	61 166	90 752
XII	Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	219 487	—	219 487
	<i>Total</i>	<i>383 884</i>	<i>114 035</i>	<i>497 919</i>

3 — Revisão orçamental

3.1 — Revisão das receitas:

A previsão revista das receitas orçamentais, excluindo as receitas consignadas para diversas entidades, atinge 1,8 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 0,3 milhões de contos relativamente à previsão inicial corrigida.

A revisão das receitas inicialmente previstas fundamenta-se: na arrecadação do produto das receitas co-

bradas pelo Estado no período compreendido entre 25 de Abril de 1976 e 31 de Dezembro do mesmo ano e ainda não orçamentado (336 000 contos); nas importâncias destinadas ao projecto geotérmico em 1976 e que transitaram em saldo para o ano em curso (8000 contos); nas comparticipações atribuídas pelo Estado para obras e melhoramentos (9000 contos), e finalmente nas receitas provenientes da aplicação da Portaria n.º 24/77, de 20 de Agosto (8000 contos).

3.2 — Revisão das despesas:

O montante das despesas previsto na presente revisão ascende a cerca de 2,2 milhões de contos, incluindo os pagamentos efectuados por consignação de receitas. Confrontando este valor com o da previsão inicial corrigida com os créditos especiais anteriormente referidos, regista-se um acréscimo de cerca de 0,3 milhões de contos, idêntico ao registado para as receitas, em conformidade com o princípio adoptado de não agravamento do *deficit* orçamental.

Em termos de classificação orgânica e em comparação com os valores iniciais corrigidos, a maior subida verifica-se na Secretaria Regional do Comércio e Indústria, que reflecte o esforço do Governo Regional na valorização e melhoramento do sector eléctrico da Região, bem como na descoberta e aproveitamento de novas fontes de energia.

Na Secretaria Regional dos Transportes e Turismo o acréscimo considerado destina-se principalmente a dotar as Juntas Autónomas dos Portos dos meios financeiros indispensáveis à modernização e valorização do seu equipamento.

Na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais os reforços verificados destinam-se essencialmente a subsidiar instituições de assistência e os hospitais regionais, a fim de os mesmos poderem fazer face à conveniente modernização das suas instalações e à aquisição de novo equipamento.

Por sua vez, na Secretaria Regional da Agricultura e Pescas os reforços registados devem-se à execução de projectos relativos ao desenvolvimento agrícola, melhoramento animal e ao arranque de uma rede de frio.

QUADRO IV

Receitas orçamentais

(Em milhares de escudos)

Capítulos	Designação	Inscrição inicial	Inscrição inicial corrigida	Inscrição revista	Variação total
Receitas correntes:					
I	Impostos directos	228 795	269 555	269 555	40 760
II	Impostos indirectos	371 680	386 480	386 480	14 800
III	Taxas, multas e outras penalidades	10 788	10 788	10 788	-
IV	Rendimentos de propriedade	160	160	160	-
V	Transferências	100	39 100	375 700	375 600
VI	Venda de bens duradouros	100	100	100	-
VII	Venda de serviços e bens não duradouros	7 730	7 730	7 730	-
VIII	Outras receitas correntes	40	68 093	85 083	85 043
Receitas de capital:					
IX	Venda de bens de investimento	650	650	650	-
X (a)	Transferências	706 023	706 023	715 843	9 820
XI	Activos financeiros	7 500	7 500	7 500	-
XII	Outras receitas de capital	100	100	100	-
XIII	Receitas consignadas para diversas entidades	331 800	331 800	331 800	-
<i>Total</i>		1 665 466	1 828 079	2 191 489	526 023

(a) Inclui a transferência do OGE para a cobertura do *deficit* do ORAA.

QUADRO V

Despesas orçamentais

(Classificação orgânica)

(Em milhares de escudos)

Capítulos	Designação	Inscrição inicial (1)	Inscrição inicial corrigida (2)	Inscrição revista (3)	Variação (3-2)
I Assembleia Regional dos Açores					
II	Presidência do Governo Regional	16 960	21 590	22 590	+ 1 000
III	Secretaria Regional das Finanças	27 128	33 002	34 502	+ 1 500
IV	Secretaria Regional da Administração Pública	98 189	102 917	122 850	+ 19 933
V	Secretaria Regional da Educação e Cultura	140 861	179 245	228 572	+ 49 327
VI	Secretaria Regional do Trabalho	39 985	45 315	50 735	+ 5 420
VII	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	3 355	3 725	5 225	+ 1 500
VIII	Secretaria Regional da Agricultura e Pescas	44 111	65 101	105 451	+ 40 350
IX	Secretaria Regional do Comércio e Indústria	198 736	217 226	255 801	+ 38 575
X	Secretaria Regional dos Transportes e Turismo	135 011	178 007	318 992	+ 140 985
XI	Secretaria Regional do Equipamento Social	36 456	38 793	85 793	+ 47 000
XII	Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	592 874	610 541	628 361	+ 17 820
<i>Total</i>		331 800	332 617	332 617	-
		1 665 466	1 828 079	2 191 489	+ 363 410

QUADRO VI

Despesas orçamentais

(Classificação económica)

(Em milhares de escudos)

Descrição	Orçamento inicial	Orçamento inicial corrigido	Orçamento revisto
Despesas correntes:			
Pessoal	216 890	251 254	251 254
Bens duradouros	1 041	4 621	4 621
Bens não duradouros	17 964	25 952	25 952
Aquisição de serviços	52 473	61 842	61 842
Juros	2 020	2 020	2 020
Transferências correntes:			
Sector público	174 459	254 750	282 980
Outros sectores	17 958	36 458	36 458
Outras despesas correntes	19 394	27 098	27 098
Despesas de capital:			
Investimentos	490 273	490 273	631 153
Activos financeiros	13 800	14 800	30 800
Passivos financeiros	3 987	3 987	3 990
Transferências de capital	323 407	322 407	500 704
Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas	331 800	332 617	332 617
Total	1 665 466	1 828 079	2 191 489

Por fim, uma referência à Secretaria Regional do Equipamento Social, cujo acréscimo de despesas se destina essencialmente ao reforço de dotações para obras em curso.

Secretaria Regional das Finanças, 14 de Outubro de 1977. — O Secretário Regional das Finanças, *Raul Gomes dos Santos*.

Aprovado em Plenário do Governo de 25 de Outubro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *João Bosco Mota Amaral*.

Em sua sessão de 23 de Novembro de 1977, a Assembleia Regional dos Açores deliberou, por maioria, o seguinte:

- 1 — Aprovar a revisão do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, conforme a proposta apresentada pelo Governo Regional;
- 2 — Que a presente revisão produza efeitos a partir de 1 de Outubro de 1977.

Assembleia Regional dos Açores, 23 de Novembro de 1977. — O Presidente da Assembleia Regional dos Açores, *Álvaro P. da Silva Leal Monjardino*.